Conferência Sobre Afonso de Albuquerque

Dr.
José António Alves Ambrósio

O filósofo britânico John Gray (não confundir com o ensaísta norte-americano do mesmo nome, autor de *Marte e Vénus juntos para sempre* e que passa por ser o maior especialista mundial das relações homem-mulher), o filósofo britânico John Gray, dizíamos, num livro de irrestrita, irrenunciável premência, *A Morte da Utopia*, editado em Portugal em Setembro de 2008, declara, já a terminar a obra, que "o principal obstáculo intelectual à coexistência entre religiões é uma falta não de entendimento mútuo mas de conhecimento de si mesmas".

E declara ainda - e sabemo-lo nós todos - que a religião é uma necessidade primária que "não deve ser suprimida nem relegada para um mundo subterrâneo da vida privada".

É do conhecimento geral que, desde os mais prístinos tempos, a religião teve uma incoercível força na vida do ser humano; e é também sabido que o verbo latino *religare* significa ligar, juntar, unir. Unidos, juntos, ligados é o que todos querem estar uns com os outros.

Os estudiosos de Arte, dada a flagrante diferença, distinguem, com absoluta facilidade, a escultura grega da escultura romana; e sabem, também, que o retrato que temos de Caracala nos dá alguém com um interior perplexo.

A expansão territorial de Roma e as riquezas que afluíam à capital do Império eram de tal monta que se sabe a que nível de decadência a sociedade desceu. Uns passavam o dia deitados, a comer; outros eram entretidos com pão e circo; outros, finalmente, lançados às feras, usados em lutas de uma arrepiante violência e tratados simplesmente como coisas sem préstimo. Em Latim *res nulius*.

Que saída era possível para a dignidade humana? A religião. No Próximo-Oriente surgira uma que propalava a fraternidade universal e, através de homens como, v.g., Saulo de Tarso, mais tarde Paulo, um dos apóstolos, espalhou-se militantemente, digamos, pela Anatólia, Iónia, Grécia e todo o Mediterrâneo.

Dado que propugnava a fraternidade universal e uma vida além da morte, assim conferindo a todos e, nomeadamente, aos míseros dos míseros, a redenção, o número de prosélitos exponenciou-se, o afundamento na decadência foi continuando, primeiro, paulatinamente, depois, à medida que o tempo avançava e os dirigentes políticos se sentiam cada vez mais incapazes de estar à altura da situação, depois, dizíamos, esse afundamento acelera-se.

Os cristãos estavam tão absolutamente dominados por uma força interior e por um sentimento de vitória que, da clandestinidade das catacumbas, conseguem que, em 313, pelo Edicto de Milão, Constantino promulgue a liberdade de culto; e, décadas mais tarde, com notáveis avanços de permeio, logram que Teodósio, em 391, pelo Edicto de Salónica, afirme o Cristianismo como religião oficial do Estado.

Que religião é esta que derruba o maior império até então jamais existente à superfície da Terra, no mundo que hoje conhecemos por Ocidental?

Voltemos novamente a John Gray: "Jesus e os seus seguidores acreditavam que viviam num Tempo Final em que os males do mundo estavam para acabar. Doença e morte, fome, guerra e opressão, tudo deixaria de existir após uma batalha que abalaria o mundo e em que as forças do mal seriam completamente destruídas. Foi essa fé que inspirou os primeiros cristãos e, embora o tempo final tenha sido interpretado por pensadores cristãos posteriores como uma metáfora de mudança espiritual, a vida ocidental tem sido perseguida pela visão de Apocalipse desde esses tempos recuados".

Sabe-se como, durante a Idade Média, a Europa "foi abalada por grandes movimentos inspirados pela crença de que a História ia acabar e nasceria um novo mundo" (Gray, id.).

A força da fé, na Idade Média, era de tal monta que basta olhar para uma catedral para dela termos a dimensão; e, no caso português, o Cristianismo é intrínseco à identidade nacional, pois, desde o início da luta contra os mouros, é dele que promana a mais exaltante das psicagogias; de seguida baste lembrar que é a Ordem de Cristo a grande fautora da expansão marítima. Mais - e para não ser fastidioso. A quantidade, extensão e importância das doações à Igreja mostram bem como a religião era o imarcescível. A este intangível domínio da Igreja de Roma só mais tarde o movimento reformista afrontará - mas é muito mais tarde e lá bem longe.

Afonso de Albuquerque tem este mundo de inamovível religiosidade, piedade, como inamovível, intangível, imperativo, pano-de-fundo identitário; e, tal qual dissemos acima, não só o Cristianismo é uma religião de proselitismo, como o é, também, de multidões. Implantar o reino de Cristo, eis uma das vitais vertentes de Afonso de Albuquerque. Como dirá o épico logo no início d'*Os Lusíadas* (Canto I, estrofe 2ª) "também as memórias gloriosas daqueles (...) que foram dilatando a Fé e o Império".

Aliás, esta "dilatação da Fé e do Império" é, hoje, uma apodíctica. Numa obra de "qualidade notável", cujo autor é, precisamente, alguém que frequentou este Liceu e foi nosso aluno (a obra ele próprio no-la ofereceu com dedicatória), numa obra de "qualidade

notável", dizia, o título é eloquente: *Cristãos & Pimenta*. Trata-se de uma dissertação de doutoramento defendida em 2007 e o seu autor é Marcos Farias Ferreira. "A política internacional é feita não apenas de interesses mas também de valores", afirma-se aí, evidentemente a partir do conteúdo.

Quando um hindu quis saber ao que iam tão longe buscar os portugueses, a resposta que obteve foi imediata e inequívoca: "Vimos buscar cristãos e especiarias". (Dois mouros de Tunes que sabiam falar castelhano e genovês e se encontravam em Calecute, quando da chegada de Gama, foram os intérpretes).

Assim, por trás da concepção da História de Afonso de Albuquerque estava a crença de que a História só pode entender-se em termos teleológicos, ou, dito de outro modo, a História só pode entender-se em termos de propósito - do seu propósito - que é a salvação da Humanidade.

Os que sabem algo desta "matéria" sabem que foi precisamente só com o Cristianismo que esta ideia entrou no pensamento ocidental.

Se uma das vitais vertentes de Afonso de Albuquerque era implantar o reino de Cristo, a outra também se enuncia facilmente. D. João II, "O Príncipe Perfeito", bem cônscio do que hoje denominaríamos de geoestratégia, afirmava, relativamente a Castela:" contê-la em terra e vencê-la no mar". Diga-se rapidamente que a sabedoria sobre o mar e a suprema qualidade dos cartógrafos e nautas portugueses propiciavam a D. João II tal afirmação. Ademais, é consabido, Portugal tornar-se-á a maior potência marítima do Globo.

O rei era o representante de Deus na Terra; e a obediência ao soberano era, apenas, digamos, uma expressão de obediência ao Altíssimo. Não há que admirar que um homem tão excepcionalmente valente como Afonso de Albuquerque, nas incontáveis cartas que escreveu, quase todas ao soberano, diga-se, trate o soberano, sempre, por Senhor. Do conteúdo das cartas e do tratamento se desprende, com imponente clareza, como o nosso patrono tinha uma perfeita noção da distância que entre ele e o monarca havia. Para usar uma expressão consagrada e que, pelo menos na geração anterior à nossa era corrente, Afonso de Albuquerque media perfeitamente as distâncias.

Todavia, se Afonso de Albuquerque era homem de uma intangível religiosidade, para quem a hierarquia era, também, intangível, um ponto de honra, um conjunto de perguntas sobre o nosso homenageado - e as respectivas respostas bem entendido - impõem-se nos.

Por que se chama Afonso de Albuquerque? A pergunta não é nada despicienda. Não só porque o nome personaliza, confere identidade, mas porque, para além disso, pode propiciar-nos um conjunto de preciosas informações. Não sabemos por que se chamava Afonso. Homenagem ao primeiro rei de Portugal? Nome, então, comum? Nome comum na aristocracia? Homenagem a antepassados? A D. João Afonso de Albuquerque, o primeiro que usou Albuquerque (o qual, antes de ser antropónimo é um topónimo)? A D. Afonso

Sanches, filho bastardo de D. Dinis, o qual foi casado com D. Teresa Martins, filha de D. João Afonso Telo, que era bisneto de D. Afonso Telo, o Velho, povoador de Albuquerque?

Por que se chama Afonso? Gostaríamos de dominar o esoterismo para termos o sentido cabal da personalidade de Afonso; mas o que podemos assegurar, isso sim, porque no-lo diz a *Antroponímia Portuguesa* de José Leite de Vasconcelos, é que Afonso, nome de origem germânica, significa o "nobre pronto".

Afonso de Albuquerque esteve - de facto - sempre tão pronto para o combate, para informar o rei de tudo quanto no Índico, em Malaca, no Mar Roxo (Vermelho, hoje), fosse onde fosse e por que razão fosse, sempre tão pronto para informar do que se passava, sempre tão pronto para o combate e em combate - em combate não ligava o mínimo que fosse à sua própria vida e esta é a fibra dos heróis - sempre tão pronto, dizíamos, que Afonso - "o nobre pronto" - lhe assenta em rematada perfeição, às mil maravilhas, se preferirem o recurso ao popular.

Dois autores britânicos, T. F. Earle e John Villiers, autores de *Afonso de Albuquerque, o César do Oriente*, alcandoram-no a um dos mais notáveis homens de todo o século XVI e, com absoluta naturalidade, escrevem que foi o maior construtor de impérios, cuja escala se desenvolveu numa amplidão ainda maior que a de César.

Militar, marinheiro, estratega, prolífico escritor, com uma vastidão de horizontes que o levava a fomentar o casamento de portugueses com indianas, visionário, homem de missão, nada escapava à sua atenção, por mais ínfimo que aparentemente fosse, trabalhando dia e noite, imprimindo absoluta confiança em combate, generoso e arrepiantemente cruel ("Albuquerque terribil", diz Camões), arrepiantemente cruel para adversários e traidores, Afonso, que via interiormente, inteligente, claro, e com aptidão para o espanto - o que só nos poetas, filósofos, cientistas e criadores se encontra - Afonso foi sempre "o nobre pronto".

Afonso é uma eloquente ilustração de que não temos um nome por acaso; e que é premente penetrarmos no esoterismo para, a esse respeito, sabermos mais.

Afonso de Albuquerque teve um único filho, Brás, que passou a chamar-se Afonso, tal qual o pai, por imposição de D. Manuel. Este filho natural, que morreu em 1580, foi quem, ao longo de uma extensa vida, transformou as cartas do progenitor (o Português do nosso patrono não era um primor e uma das razões é por que escreveria de noite, já cansado, assim não notando que, frequentemente, sujeito e predicado não concordavam), transformou as cartas do progenitor, dizíamos, numa narrativa coerente. E o filho Afonso foi também um "nobre pronto". Ao transformar os textos numa narrativa coerente, dissemos, e ao dar-lhe o título de *Comentários* (o título das narrativas de campanha do cabo-de-guerra romano) ficou, igualmente, para nós, uma figura emocionante.

Mais. Ao desposar Maria de Alaya e Noronha, filha do primeiro conde de Linhares, pela primeira vez, o antropónimo Albuquerque está conectado ao que é, hoje, o nosso distrito. Está também conectado a Penamacor e, na Beira, há uma família de grande relevo

igualmente com tal apelido; só que, neste caso, não conseguiu demonstrar o modo por que entroncaria nos Albuquerque. É claro que o Conde de Mesquitela é também Albuquerque, mas a origem não está em Afonso. E, quando falo de Mesquitela, ignoro se é a de Almeida, se a de Celorico da Beira, se a de Mangualde. Investigamos e concluímos; mas outras importantes interrogações se nos impõem.

Não deixa de constituir uma quinta-essência de ironia que alguém que sentia pelo Islão uma mortal aversão tivesse um apelido árabe - o prefixo *al* não engana.
Explicamo-nos rapidamente. Lutar contra a moirama era um desígnio religioso, porque o sarraceno era o infiel (não era fiel à única, verdadeira religião).

Afonso Henriques, cuja bravura é, pelos vistos, um pressuposto, prolongou o território português muito para além de Cáceres, mais precisamente até Trujilho (Trujillo, em castelhano), que conquistou (isto em 1165). Era uma considerável extensão territorial, na qual se situava Albuquerque, hoje a escassos quilómetros da fronteira, mais ou menos frente a Arronches e Ouguela.

Precisamente o castelo de Albuquerque foi mandado edificar por D. Afonso Sanches, bastardo de D. Dinis e pai de João Afonso de Albuquerque. Este é que foi o primeiro a usar o apelido, que é, portanto, de origem toponímica. O *topos* conquistado inseria-se, assim, com transbordante honra, no nome. Entretanto, o castelo passou para Castela, porque D. João Afonso de Albuquerque passou a servir Afonso XI.

Seja como for, a sua ascendência impõe-nos, desde logo, duas notas: o seu sangue entronca em sangue real (a via bastarda era, na altura, uma questão secundária, digamos); os seus antepassados eram homens de armas. (Na época para que remetemos as armas eram ocupação da nobreza, esclareça-se).

Ora, o que a sua genealogia nos revela é que os Albuquerque estiveram sempre ao nível do mais elevado protagonismo. D. Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre da Ordem de Santiago, foi, pelo Mestre de Aviz, enviado como embaixador a Inglaterra; uma sua filha, D. Joana de Albuquerque, esteve casada com o marechal do Reino Gonçalo Vasques Coutinho; a outra casou com o que foi o escrivão da puridade de D. João I e D. Duarte. (O escrivão da puridade era um funcionário régio de topo, melhor, de tão elevada importância que, de modo especial, lhe incumbiam os secretos negócios da governação).

Com tão conspícua linhagem não admira que tenha sido moço-fidalgo d'O Africano, D. Afonso V; que tenha servido em Arzila (Marrocos) e sido estribeiro-mor de D. João II, "O Príncipe Perfeito" (de facto, na corte d'O Africano, para onde foi levado, tornou-se amigo íntimo e companheiro do filho, precisamente o futuro D. João II); que D. Manuel - por um bambúrrio, O Venturoso - o tenha mandado à Índia com o primo, Francisco de Albuquerque, cada um comandando três naus, e o tenha incumbido de combater Calecute, edificar uma fortaleza em Cochim e estabelecer relações comerciais em Coulão, tarefa que cabalmente desempenhou. Mais. Já todos notaram que esta foi a primeira viagem à Índia.

E, aqui chegados, vamos deter-nos. Afinal ainda só estamos na primeira viagem à Índia. E deter-nos porquê?

Deter-nos, porque um acervo de perguntas - e as respectivas respostas, claro - se impõem. Assim:

Qual a sua formação religiosa? Quais os seus princípios? Qual o seu carácter? De que opiniões e ângulos era detentor para interpretar a realidade? Qual o espírito da época? E em Portugal? Qual a realidade portuguesa? Quais os principais objectivos e alcance da expansão portuguesa? Que dizem, a historiografia lusa de um lado, e a estrangeira de outro? Qual a sua convivência? Quais as leituras que fazia? A que podia aspirar? Como adquiriu a sua personalidade militar? Quem é que pôde refutar o ptolomaico conceito de que o Índico era um mar fechado? Por que obteve tanto sucesso? Por onde mais podemos informar-nos? Que nos diz a Grafologia?

Contrariamente ao que, eventualmente, possa pensar-se, a resposta à pergunta: qual a sua formação religiosa?, não é nada despicienda. Um dos primeiros conceitos - melhor: postura - que se ensina aos caloiros de Filosofia - pelo menos que se ensinava no nosso tempo… - um dos primeiros conceitos que se ensina é o de alteridade, ou seja, pormo-nos na pele dos outros.

A História - antes de mais nada - é uma alteridade, ou seja, não uma projecção, um anacronismo. Os outros, ademais, são de outro tempo; e o que nós sabemos é que tudo muda. "Nada há de mais permanente que a mudança", afirmava, de modo só aparentemente paradoxal, claro, o tão estimulante Heraclito.

Ora, a este respeito - sabe-o qualquer aprendiz de historiador; e é do senso comum, como diria o delicioso Descartes - a este respeito, quanto mais vasto for o conjunto de fontes melhor. Mas nós permitimo-nos acrescentar e afirmar o seguinte - sem qualquer desprimor para os nossos compatriotas, bem entendido - afirmar, dizia, que preferimos ouvir estrangeiros, ou, se quisermos, pessoas de outra formação, outras paragens, outras sociedades.

Na Introdução ao conhecido livro de Charles Ralph Boxer, intitulado *O Império Colonial Português (1415-1825)*, e nós gostamos muito de Boxer, porque, inicialmente, antes de historiador foi militar; depois é que se tornou lusólogo.

… Gostamos muito de militares por várias razões. Os militares "não brincam em serviço" (permitam-me este recurso ao popular); os militares sabem que nada existe sem disciplina; que a disciplina só existe porque está interiorizada, é ontológica; que é sempre com questões cruciais, vitais, que nos defrontamos; que só a vitória se justifica; que temos, portanto, aptidão para ela; que, nos antípodas do que um qualquer superficial espírito pode cuidar, a disciplina é uma postura irredutivelmente apolínea; que é com disciplina que se triunfa; etc., etc., etc.

Todos entendem na perfeição que se nos alongámos um tanto a falar sobre disciplina é

porque um comandante, um herói, como o nosso, sabia muito bem de que se tratava; e se dela falámos com este transbordante sentimento, esta transbordante convicção, é porque nós próprios, como sabem, fomos oficial em teatro de operações.

Ora, na Introdução ao citado livro do Prof. Boxer, o autor, J. H. Plumb, declara, reiteradamente, que, tanto como a cobiça, a fé foi o motor da expansão lusa. Cito Plumb: ”Foi esta mistura de paixões profundas - cobiça, ferocidade, inexoráveis e insaciáveis, combinadas com uma paixão religiosa austera, indiscutível e dedicada até à morte - que arrastou impiedosamente os portugueses até aos mares tórridos e fervilhantes que envolviam as costas da África tropical e outras zonas ainda mais distantes. A cobiça pelas riquezas e a paixão por Deus nunca estiveram em conflito, nem foram forças inconscientes: para alguns homens como foi o caso do Infante D. Henrique, a religião era mais importante que o comércio, embora não deixasse de querer ouro, traficar em escravos e não desdenhasse a riqueza, que considerava uma bênção de Deus. E o que se passava com o Infante, passava-se com os outros: os pioneiros portugueses arrancavam os negros nus das suas canoas, trocavam cavalos por jovens núbias e traziam-nos para o mercado de escravos de Lisboa, onde encontravam compradores ávidos. Esta combinação de cobiça e devoção tem sido sempre considerada a força motora principal”.

Mais adiante escreve Plumb: “E os filhos de Cristo seguiam esta senda de sangue, construindo as suas igrejas, missões e seminários, porque, afinal, a rapina era uma cruzada: por muito grande que fosse a recompensa de Vasco da Gama, de Albuquerque, de Pacheco e de outros neste mundo, a sua glória seria ainda maior no outro mundo”.

A violência dos portugueses - de Albuquerque - é para nós, hodiernos, de uma insuportável repugnância. Ainda hoje, no Golfo Pérsico, quando uma mãe quer meter medo a uma criancinha, lhe diz: “Vem aí o Albuquerque!”. Hodiernamente, repito, esta violência é, para todos nós, de uma insuportável repugnância - mas eu avisei: a História é uma alteridade. Mais. “O zelo cruel que arrastava os capitães nunca abandonou inteiramente os homens de Deus, tanto em Lisboa como no Oriente”.

Esta era a formação religiosa de Afonso de Albuquerque, os seus princípios, o seu carácter - e que ninguém se espante. A História que, no Liceu, se ensina aos alunos é uma lambedela de uma lambedela de uma lambedela. Santiago tem o cognome de Mata-mouros, o Direito Penal da Idade Média a violência que se conhece, e há as centenas de milhares de mortos sofridas pelos cátaros da região de Albi (sul da actual França), a teocracia de João de Lleida em Munster, no séc. XVI, com o seu cortejo de horrores, a matança de S. Bartolomeu em Paris, as sangrentas e longevas carnificinas da que ficou conhecida por “Guerra dos Trinta Anos”, tudo isso são apenas algumas ilustrações sobre a identidade dos nossos antepassados. Não é nenhum anacronismo lembrar Sócrates sobre a natureza humana: “Não sou céptico, mas não tenho ilusões”. Há uma perenidade de ferocidade que veio até hoje. As experiências do médico nazi Joseph Mengele já tinham sido feitas pelo pai deste no Sudoeste africano que a Alemanha obteve subsequentemente à Conferência de Berlim (é hoje a Namíbia); sobre os milhões de mortos do leninismo-estalinismo - que vêm do Terror da Revolução Francesa - estamos conversados. Mais. Esta violência revolucionária francesa veio directamente dos filósofos

das “Luzes”, os quais afirmavam na razão uma confiança inabalável. E, sem vos maçar mais, recordo apenas os crimes de Pol Pot no Cambodja, ou os praticados pelas diversas etnias nos Balcãs (ex-jugoslavos). Um dos mais notáveis pensadores contemporâneos, George Steiner, que, há escassos meses, esteve em Viseu, no Instituto Piaget, declarou, dentre mais: “Vive-se num dos períodos mais selvagens da História em que os dois grandes geradores de dinheiro são a droga e a pornografia”.

Sabemos, portanto, de que opiniões, ângulos e sentimentos era Afonso de Albuquerque detentor para interpretar a realidade, qual o espírito da época em Portugal e na Europa, quais os principais objectivos e alcance da Expansão portuguesa, conquanto, a este respeito, haja algo a acrescentar. Não obstante, ainda antes de passar à frente, não se esqueçam - melhor: tenham bem presente - de que esta conferência começou com uma citação de John Gray: ”o principal obstáculo intelectual à coexistência entre religiões é uma falta não de entendimento mútuo mas do conhecimento de si mesmas”.

E agora vamos responder à pergunta: qual o alcance da expansão portuguesa? A crueldade e a barbárie de 500 não são um tópico exclusivamente português. Voltamos a citar Plumb: ”A grande e única diferença entre a Europa, de que Portugal foi o precursor, e o mundo por ela escravizado, era a intensa certeza e exclusividade das convicções religiosas - catolicismo ou protestantismo. Nalguns homens, como, por exemplo, S. Francisco Xavier, a cobiça pelas almas era tão ávida como a cobiça pelo ouro e especiarias o era em Vasco da Gama”. E em Albuquerque, acrescento: após a tomada de Malaca, o saque fornecera riquezas inestimáveis, que, atente-se bem, acabaram no fundo do mar, porque a *Frol de la Mar*, a nau do “ César do Oriente”, para usar o título da obra que já referi, a *Frol de la Mar* afundou-se, apenas se salvando a tripulação. A velha nau-almirante, “já imprópria para navegar”, dizem Earle e Villiers no seu livro, além do saque alcançado, trazia também os “sumptuosos presentes que Albuquerque tinha recebido”.

Vamos, todavia, continuar a responder à pergunta: qual o alcance da expansão portuguesa? E continuo com Plumb: ”assim, matar os que não se queriam converter, castigar os pagãos, era igualmente correcto. As outras raças eram inferiores, a escravidão, para elas era justa. Mas, por outro lado, devemos frisar que uma rectidão imperturbável revestia estes homens de ferro de uma moral de aço, tornando-os capazes de forjar os laços sangrentos que haveriam de acorrentar o resto do mundo à Europa durante centenas de anos. E, no entanto, esta vergonhosa expansão trouxe um excedente de riqueza, de oportunidades, de estímulos, de contactos intelectuais, que haveriam de ser instrumentos que possibilitariam a toda a humanidade o desenvolvimento de um tipo de vida totalmente novo. O domínio dos mercados mundiais ajudou a Europa a encaminhar-se para o seu futuro industrial”.

… Preferimos ouvir os estrangeiros - sem qualquer desprimor para os nossos - dizia atrás. Sentimos, pela leitura, que o seu *pathos* é outro, ou seja, São, naturalmente, imparciais. As suas idiossincrasias diferem, claro, mas - sem qualquer desprimor, insistimos - impõem-se nos sem, digamos, quaisquer interferências.

Retomando, porém, a necessidade de respostas, cabe-nos, agora, saber que leituras faria.

A erudição e o manifesto cosmopolitismo de D. Pedro regente (recorde-se, v.g., que este foi duque de Treviso, essa cidade do norte de Itália, ademais de viajante europeu), os manifestos cosmopolitismo e erudição levaram a que o "sagitário" D. Pedro lhe tivesse dado, ao futuro D. Afonso V, uma esmerada educação, tanto em termos literários, como artísticos e militares. "O Africano" teve categorizados mestres e, subsequentemente, uma rica biblioteca e a muita estima pelos homens de letras, como o comprovam a sua carta a Gomes Eanes de Azurara, por um lado, e já se vê, o apreço pelos bons livros. Como "capricórnio", D. Afonso V gostava muito de música. Afonso de Albuquerque, já o dissemos, foi moço-fidalgo d' "O Africano", ademais de íntimo amigo do filho deste, futuro D. João II. Neto e bisneto de escrivães da puridade já alguém escreveu que "o sangue de Estado" corria nas veias do nosso herói.

Ora, vivendo no Paço, uma cultura tão actualizada quanto possível era-lhe conatural e, se não logramos responder cabalmente à pergunta, sabemos - isso sim - segundo Joaquim Veríssimo Serrão, que foi "festejado autor de composições que vêm incluídas no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende". É que, acrescente-se, no Paço havia as denominadas "Escolas Palacianas", isto é, os moços da Corte tinham escola própria. E Afonso V punha-os na Universidade. "Em 1473, por exemplo, andavam no Estudo de Lisboa 41 moços, filhos de nobres e funcionários da Corte, todos a expensas régias" (História de Portugal dirigida por José Mattoso, II volume, página 451).

Portugal não se distanciava, então, do resto da Europa no tocante a ensino e escolas, conquanto houvesse, talvez, alguma diferença a nível universitário.

Com tão conspícuas genealogia e formação; com a preparação militar que teve e a categoria militar ademais revelada nas campanhas de Marrocos e logo na sua primeira viagem à Índia; com as suas imperturbáveis rectidão e generosidade que o enformavam; com uma personalidade férrea e um tão exponenciado sentimento religioso - de que, permanentemente dá provas; com uma clara aptidão para o espanto, como os seus frontais externos no-lo demonstram; com uma dignidade, sensibilidade, clareza e coerência interiores como a Grafologia no-lo revela, este dolicocéfalo de estatura meã, que via interiormente e prezava a informação sobre todos e tudo (Earle e Villiers afirmam que "nada era demasiado pequeno para a sua atenção"), apreço pela informação que a Morfopsicologia corrobora; com tão acrisolado, hierático, sentido do dever; com tão veemente patriotismo; com, muito verosimilmente, a sua perícia em arte naval; com a sua aptidão para ouvir e concluir; assim, Albuquerque, tranquila e legitimamente, podia aspirar a tudo.

E, se não lhe faltaram problemas, desde insubordinação de capitães até à relacionalidade, v.g., com D. Francisco de Almeida, o certo - aventamos - é que, disse-o Nietzsche, "quanto mais alto voamos mais pequeninos parecemos aos que não passam do chão". O egrégio Ortega y Gasset corroborou-o de um modo ainda mais excelso: "Se estamos permanentemente a enganar-nos no quotidiano, por que não haveríamos nós de enganar-nos no Amor?".
As premissas aduzidas são eloquentes, ou seja, podia, digamos, aspirar a tudo, ter um sucesso total. Afinal, só não tomou Adém, à entrada do Mar Roxo, porque as escadas se

partiram e precisava de fazer aguada. Mas a dimensão do império luso foi muitíssimo maior que a de César. Diga-se, aliás, que, precisamente do Mar Vermelho a Malaca são 3.000 milhas marítimas e que, com ele, com as suas táctica e estratégia, com as cidades tomadas, fortalezas construídas e saber de navegação, quase se conseguiu um total domínio do comércio português no Oriente. Não podemos - até à emoção - deixar de vibrar com o que foi, não só uma das personalidades máximas de todo o século XVI, como alguém que se avantajou - e de que modo! - na História Universal.

Este quadrilátero na faixa ocidental da Europa, afinal, "deu novos mundos ao mundo". Não resistimos a citar aqui Oliveira Martins:"Aquele homem que na epopeia portuguesa se levanta como herói, cuja estatura sobrepuja a de todos, passando por cima do nível dos mais altos em todo o mundo - Afonso de Albuquerque, verdadeiro génio que, na sua crueldade quase assíria, manifestava em grau eminentíssimo a conjunção extraordinária da inteligência que lhe revelava os desígnios de um império, e do carácter, que tinha nele ímpetos de grandeza leonina".

A"dura e hábil raça de marinheiros, que não se deixava atemorizar pelas tempestades do oceano", citei Plumb mais uma vez, mostrou que os conhecimentos da Antiguidade eram uma treta. Intrépida, determinada, naturalmente, passou do Atlântico para o Índico (já tinha sido na viagem de 1487-88, com Bartolomeu Dias, assim demonstrando, tão simplesmente, que de um oceano se passava para o outro). Das perguntas arroladas era a que nos faltava contemplar.

Feitos estes prólegomenos é, assim, o momento de passarmos a falar da multímoda acção desta figura - absolutamente singular - no Oriente. Já agora, porque não nos contentamos com nada menos que com a olímpica verdade, há que dizer o que era o "Estado da Índia". Citamos Boxer:"Os Portugueses utilizavam a expressão 'Estado da Índia' para descrever as suas conquistas e descobertas nas regiões marítimas situadas entre o Cabo da Boa Esperança e o Golfo Pérsico, de um lado da Ásia, e Japão e Timor, do outro".

Vamos, então, falar de Albuquerque e da sua acção. Não nos parece redundante relembrar a importância do seu diuturno aprendizado nas armas. Assim, em 1476, esteve na batalha de Toro com D. Afonso V; em 1480, foi em socorro do soberano de Nápoles contra os turcos, a mando do mesmo D. Afonso V; em 1489, integrou a expedição a África para defender a fortaleza de Graciosa e, após o passamento d' "O Príncipe Perfeito", voltou novamente a Marrocos (Arzila). Posteriormente, este fidalgo de linhagem foi elemento da guarda de D. Manuel.

E como os triunfos obtidos quando da sua primeira ida á Índia lhe propiciam, ademais, um conhecimento *in loco*, retornado a Portugal as suas conversas com o monarca foram cruciais. D. Manuel era "gémeos". E os "gémeos", dizem os astrólogos, são mais inteligentes que quase todos os outros; sucede é que, ao mesmo tempo, são, também, volúveis. Mas desta volubilidade falaremos mais adiante, pois agora vamos fixar-nos na inteligência. Com efeito, foi tão iluminada que logo o enviou novamente para o Hindustão para suceder ao primeiro Governador, D. Francisco de Almeida.

Por favor tenham sempre bem presente o que disse Nietzsche: “Quanto mais alto voamos mais pequeninos parecemos aos que não passam do chão”. Também Tácito:” Todas as grandes questões estão cheias de ambiguidade”.

As tácticas de Albuquerque e Almeida não coincidiam; também não as suas estratégias, é perfeitamente claro. E quando, por provisão secreta, o nosso patrono chega à Índia, para substituir o Primeiro Governador, os ódios mais violentos se suscitaram. Esclareça-se que D. Francisco de Almeida era, igualmente, nobre de linhagem, com um currículo militar ao nível do alcandor. Ver-se substituído, dados os seus patriotismo e vitórias era insuportável. Expliquemo-nos. Albuquerque parte para a Índia integrado na armada de Tristão da Cunha. O nosso herói comandava seis naus. Chegados a Socotorá, a oriente do que hoje se designa por “corno d’ África”, aí levantam uma fortaleza. Depois Albuquerque fica autónomo e vai tomar uma série de praças (Curiate, Mascate, Soar, Orfacate), no território de Oman, sudeste da península arábica.

E chega a Ormuz. Ormuz era um dos mais ricos entrepostos do Mundo; e à sua estratégica importância chega-se com absoluta facilidade - dominava a entrada e saída do Golfo Pérsico. O combate foi de inadjectivável bravura.

Cito o próprio Afonso de Albuquerque em carta inédita existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, arrolada na obra de Earle e Villiers: ”E quando isto vi, não quis mais esperar nem sofrer seus espantosos gritos, porque me pareceu tempo para não mais dissimular, mas pôr os nossos feitos na mão de Deus e nas do apóstolo Santiago e morrermos como cavaleiros, porque a gente da terra, e a que na armada estava, nos afazíamos (sic) de melhoria de 30.000 homens. Quando vi que o remédio era pelejar, quis eu começar primeiro, e esperando as minhas naus e avisando os capitães de minha determinação e do que cada um havia de fazer, tendo as suas naus muito altas e a nossa gente em ordem posta, mandei tirar as bombardas grossas às nossas naus e à minha, e todos fizeram o semelhante. E a estes primeiros golpes das bombardas grossas metemos duas naus ao fundo, com muita gente de armas muito luzidia, com muitos terçados e muita guarnição de prata e armas luzentes; e a mais da gente destas duas naus se afogou. Foi a peleja tão forte das suas com as nossas, com os seus galeões que me tinham cercado, que durou a peleja da hora de jantar até ao sol posto.

Mandei largar as amarras à minha nau e deixei-me cair sobre a nau grande del-rei de Cambaia, e foi a peleja tão forte de uma nau à outra que os pus em desbarato e se lançavam ao mar. E os outros capitães das naus da minha esquadra pelejaram tão bem aquele dia que cada um pôs em desbarato as naus e galés com que se acharam a pelejar”.

Pedimos desculpa por tão extensa citação, mas o nosso objectivo foi claro: esta violência era em nome de Deus; o fito era a vitória, e a morte um dado de nula importância; se o fundamento é Deus, o ânimo é incoercível; os adversários ultrapassariam 30.000 homens; a lucidez para sintetizar toda a situação e a clareza de comando têm, como corolário, ordens concisas, claras, precisas; tomar a iniciativa é um cânone clássico quando se comanda uma força em teatro de operações; tomar a iniciativa é, portanto, inestimável; a peleja durou desde “a hora de jantar até ao sol posto”; a “grande nau del-rei de Cambaia

ficou desbaratada", isto é, o Comando Supremo visa o Comando Supremo; naquele dia os seus capitães pelejaram vitoriosamente; uma perfeita cadeia de comando traz os melhores resultados, mesmo quando o inimigo, além de numericamente esmagador, digamos, seja - como era de facto - um luzidio escol, tanto em termos materiais como militares, navais ("muita gente de armas muito luzidia, com muitos terçados e muita guarnição de prata e armas luzentes"; e cito Heraclito: "a guerra é o pai de tudo e o rei de tudo; a uns mostra como senhores, a outros como escravos"); a guerra é uma das supremas verdades da vida: os alunos preguiçosos não são capazes de lutar contra si próprios.

E não posso deixar de citar Gaspar Correia, quando, nas *Lendas da Índia*, refere as palavras do inimigo sobre o valor dos portugueses, durante o cerco de Diu, em 1538: "A fortuna do mundo é serem eles tão poucos, porque a Natureza, como aos leões, felizmente os fez raros". Mais, esta bravura é um *leitmotiv* da nossa História. E se é escusado mencionar aqui - de tão conhecidas - as palavras do alcaide de Faria ao filho, já se propicia lembrar não só o Fernão Mendes Pinto da *Peregrinação* como todo o heroísmo português, dos bandeirantes no Brasil aos exploradores do continente africano, nomeadamente após a Conferência de Berlim, dos pacificadores dos fins do século XIX, aos que tombaram na Índia em 1961, quando do ignominioso ataque dos execráveis Nehru e *tutti quanti*, aos que defenderam o Ultramar após a irrupção terrorista em Angola, em 1961.

Apenas duas citações: "Tais oficiais e soldados são o orgulho dos chefes que têm a honra de os dirigir, exaltam o seu país e seu rei, e bem merecem da Pátria". O autor é o Coronel Galhardo, a falar sobre o comportamento das tropas portuguesas no combate de Coolela, em Moçambique, em 1895. A segunda citação: "O inimigo atira pela porta da capela paroquial. Salvem-nos. Morremos portugueses". Este foi um apelo pela rádio dos heróicos defensores de Mucaba antes de serem salvos pela acção da Força Aérea, em 30 de Abril de1961.

Ou seja: Albuquerque é um herói emocionante - dos maiores da Pátria, como tantos outros. Há, porém, que voltar a Ormuz. Se as informações de Pêro da Covilhã tinham, ou não, chegado a "O Príncipe Perfeito, isso não se sabe (Afonso de Paiva tinha, entretanto, morrido). Sabe-se é que o explorador, após tê-las enviado do Cairo para Lisboa por um mensageiro do rei, foi mandado retroceder, desta vez para obter informações sobre o Preste João, reino onde morreu, pois não foi pelo, *negus*, autorizado a abandoná-lo.

Se as informações chegaram, ou não, ao monarca, isso ignora-se; o que se sabe - e com majestosa certeza - é que o saber náutico português era tão avançado, nos finais do século XV, que, a partir dele é que se lançaram os fundamentos da moderna ciência náutica europeia. Aliás, D. João II era um homem que via longe, muito longe; e como genuíno "touro" não lhe faltava tenacidade, persistência.

Se as informações chegaram ao soberano, desde logo ficou com um tesouro entre mãos; e esse será o motivo por que a Gama foi dada ordem para se dirigir ao mais importante entreposto indiano de especiarias - Calecute.

Todavia, Calecute era hostil aos portugueses - e continuou a sê-lo, durante pares de anos, até Afonso de Albuquerque.

Se D. Francisco de Almeida era de opinião que, para afirmar o poder luso no Oriente, lhe bastaria uma força naval ("enquanto no mar fordes poderoso tereis a Índia para vós, e, se isso não tiverdes no mar, pouco vos prestará fortaleza na terra", escreve em carta ao rei), se D. Francisco punha o acento tónico numa força naval, dizíamos, Albuquerque entendia ser necessário construir fortalezas ou obter postos fortificados que servissem tanto para bases navais como para entrepostos.

Se a posse da estratégica ilha de Ormuz se impunha por motivos óbvios, por que razão o segundo ponto-chave foi Goa? Esclareça-se, desde já, que é a Albuquerque que há que atribuir, por completo, ambas as conquistas, tal qual, seguidamente, a de Malaca.

No caso da conquista de Goa, todavia, a tomada resultou da sugestão que lhe foi propiciada por Timoja, um corsário hindu. Identificar um interlocutor, ainda por cima de outra etnia, a milhares de milhas do seu *habitat,* e adoptar a sua opinião dá bem o valor do nosso patrono. Mais. Não obstante as dúvidas subsequentemente recebidas de Lisboa, Albuquerque insistiu em permanecer em Goa. "Audaces fortuna juvat" ("A sorte protege os audazes") - sabemo-lo todos, especialmente quem já na guerra andou. E o crédito de Albuquerque avantaja-se-nos mais uma vez.

Quando da tomada de Ormuz vimos que Albuquerque tinha um plano; e que o plano se cumpriu cabalmente. Cumprir cabalmente um plano é intrínseco a uma chefia de qualidade. Ora, qual o plano de Albuquerque para Goa? O maior arquitecto da Índia portuguesa era de opinião de que, cito Boxer, "com quatro boas fortalezas e uma grande frota bem armada, tripulada por 3.000 portugueses nascidos na Europa", a manutenção do Império no Oriente estava garantida.

Goa situava-se numa ilha de fácil defesa, com um bom porto, ademais de boas condições para capital do Estado Português da Índia. Laconicamente declare-se que Afonso de Albuquerque via muito mais longe que D. Francisco de Almeida. Aliás, um mapa da costa malabar é claro: entre Diu e Damão e o extremo sul, Goa situa-se mais ou menos a meio. Além de pretender criar uma raça luso-indiana mediante matrimónios mistos de soldados com nativas, a pretensão de Albuquerque não se circunscrevia ao domínio marítimo.

Com efeito, a fundação de Goa, até então um pequeno povoado, tinha por desígnio torná-la um prolongamento da Metrópole, seria a capital de Portugal no Oriente, a partir da qual se estenderia o domínio português, isto é, os diversos principados indianos prestariam vassalagem a Portugal. Goa ficou, igualmente, para sempre, a "Roma do Oriente", porque o nosso patrono - com total respeito pelos usos, costumes e cultos tópicos - promoveu a expansão do Catolicismo (não há quem não tenha já ouvido falar do "apóstolo das Índias", o canonizado Francisco Xavier, bem como da acção dos jesuítas nos Japão, China e mesmo mais além). Também se sabe como criou instituições fundamentais para futuro.

Não é demais lembrar que as facetas militar e comercial não só não devem encobrir a dimensão religiosa, como esta é a mais importante. Se o mensageiro declarou, à chegada, que os portugueses buscavam "cristãos e pimenta" (o que pode levar ao equívoco de que se situavam ao mesmo nível), há que ter sempre bem presente que, no plano da acção, a religião era o fundamento - aliás desde os mais prístinos tempos da Reconquista. E não só isso.

Com efeito, especialmente com Albuquerque, a fanática (como hoje diríamos...) aversão ao Islão era, até além da enésima potência, um dado irredutível. Ou de outro modo: a religião era algo a partir do qual se vivia, de forma nenhuma um adorno. Em suma: a religião era uma dimensão ontológica do Homem. Serve isto para dizer que, após a posse de Ormuz e Goa, a de Malaca impunha-se.

Malaca era uma espantosa cidade cosmopolita, a qual, ainda antes da conquista portuguesa, no mais alto ponto da sua prosperidade, deixava maravilhados viajantes europeus; e o boticário régio e botânico Tomé Pires corrobora este encantamento na sua *Suma Oriental*. Capital do mais rico sultanato da península malaia, notável empório do trato das especiarias com as Malucas, porto onde ancoravam navios de pontos tão longínquos como a Arábia ou as japonesas ilhas Léquias, nenhuma destas prendas se igualava, porém, à maior, da qual, precisamente, todas brotavam. Referimo-nos à sua estratégica posição. Com efeito, Malaca dominava o estreito que tem o seu nome, entre a península e a grande ilha de Samatra. A natureza, ali, apresentava-se como um "gargalo", para usar o eloquente termo que trazemos emprestado de Boxer. Ou seja: havia que obter o domínio das rotas marítimas que por ela passavam, bem como, é claro, o comércio.

Visto que a importância da urbe não podia deixar indiferente D. Manuel, este, em 1509, quis relações de amizade e comércio com o sultão muçulmano, razão por que Albuquerque, nesse mesmo ano, enviou Diogo Lopes de Sequeira, com uma armada a "descobri-la". O soberano local, primeiro, revelou-se favorável aos lusos, mas, depois, sucumbiu perante as intrigas dos mercadores árabes. Como o resultado foram hostilidades, Lopes de Sequeira viu-se compelido a partir; só que 60 compatriotas ficaram prisioneiros.

Quando, por carta de um dos presos, Rui de Araújo, Albuquerque conheceu as condições em Malaca, tal qual o vigor das suas defesas, o nosso herói decidiu que devia ir lá em pessoa, inclusivamente tomá-la pelas armas. Foi o que fez.

Expliquemo-nos. O nosso patrono partiu a exigir a entrega dos presos. Zarpa de Goa, em Abril de 1511, com uma armada de dezoito navios e uma pequena força de 800 soldados portugueses e 200 mercenários malabares. A 1 de Julho lança âncora ao som de trombetas e salvas de artilharia durante meia hora. A sua intenção para a libertação dos cativos e, nomeadamente, Rui de Araújo, era uma solução pacífica. Quando concluiu que as tergiversações do sultão significavam preparativos bélicos atacou. A cidade foi acometida no Dia de Santiago pela manhã - e não por acaso nesta data. Andou dias a pedir a Deus e esperou que chegasse o dia do apóstolo de que era tão devoto. Afinal, ou

estamos impregnados de Transcendente, *ipso facto* serenos e confiantes, ou, então, a vida não tem sentido.

E foi o que comunicou aos seus subordinados, acrescentando-lhes, todavia, que, previamente, fizessem um "reconhecimento", como hoje se diz, em termos militares. Demos a palavra ao filho, no seu texto sobre Malaca: "E chegado o tempo, mandou chamar os capitães e disse-lhes que ele determinava de cometer a cidade ao outro dia, que era dia do apóstolo Santiago, e que era necessário, primeiro que o fizessem, praticarem onde e como haviam de desembarcar, porque cada um soubesse o que haviam de fazer".

A intangível preeminência do religioso!!

Vejamos outro passo mais à frente, quando, após a primeira investida, e porque o rei de Malaca não se decidia a pazes e Afonso de Albuquerque se encontrava indeciso "e com estas dúvidas que lhe eram sempre presentes, não sabendo a saída que teria este feito de Malaca, pôs tudo nas mãos de Nosso Senhor, porque este foi sempre o melhor remédio que achou em todas as coisas. E com esta confiança começou a dar ordem e fazer-se prestes de algumas coisas de que tinha necessidade, para outra vez cometer a cidade".

… O ataque, dizíamos. A exegese à descrição da conquista de Malaca daria um longo texto. Dada a escassez de tempo vamos ser sumários. Após comunicar o que soubera aos seus subordinados, a partir da conversa com Rui Araújo, há que exaltar a qualidade de comando e - sobretudo - uma bravura tão real que se alcandora ao literário, uma vitória que pode, perfeitamente, integrar os anais das grandes vitórias mundiais alguma vez acontecidas. "Heróis do mar, nobre povo…".

Do pai diz o filho ter um "ânimo invencível"; e esta afirmação é tão óbvia que - nós todos - lhe devemos a nossa absoluta fé.

Há supremamente sucintos comentários que não podem deixar de aduzir-se. Assim - e já o dissemos atrás - o génio de Albuquerque era tão tamanho, tão descomunal, que, desde a identificação e solução do pormenor logístico à neutralização dos ardis dos adversários, da emocionante delicadeza no trato ("a rudeza trata-se com nobreza", diz o rifão) à cabal, convincente argumentação do comando, da tolerância para com todos - salvo mouros - à magnanimidade e excelsa religiosidade, à sua inefável confiança na misericórdia de Deus, Afonso de Albuquerque era um supremo génio multímodo.

E uma nota para meditar: jamais despojos maiores foram encontrados no Oriente, mas, no regresso a Goa perdem-se absolutamente, porque a velha *Frol de la Mar*, a nau-almirante afundou-se. Salvou-se a tripulação. O saque forneceu uma impressionante riqueza, mas Afonso de Albuquerque, para si, não tomou "mais que seis leões grandes de metal (…) para a sua sepultura". A medida dos raros e uma aristocrática concepção da História.

Bibliografia

GRAY (John)
A Morte da Utopia
Guerra e Paz, Editores S. A., 1ª Edição, Setembro, 2008
EARLE (T.F.) & VILLIERS (John)
Afonso de Albuquerque, o César do Oriente
Fronteira do Caos Editores, Lda, 1ª Edição, Porto, 2006
FERREIRA (Marcos Farias)
Cristãos & Pimenta, A *Via Média* na Teoria das Relações Internacionais de Adriano Moreira
Edições Almedina SA, Outubro, 2007
BRANDÃO FERREIRA (João José)
Em Nome da Pátria, Portugal, o Ultramar e a Guerra justa
Publicações Dom Quixote, Livros d' Hoje, 1ª Edição, Alfragide, Outubro, 2009
HERACLITO
Fragmentos
Aguilar Argentina S.A. de Ediciones, Octubre, 1982
STEINER (George)
Nostalgia del Absoluto
Ediciones Siruela, S.A., Biblioteca de Ensayo, 8ª edición: marzo de 2005
VASCONCELLOS (J. LEITE DE)
Antroponímia Portuguesa
Imprensa Nacional, Lisboa, 1928
DESCARTES (Renato)
Discurso do Método…
Livraria Sá da Costa Editora, 5ª Edição, Lisboa, 1968
BOXER (Charles Ralph)
O Império Colonial Português (1415-1825)
Edições 70, Lisboa, Setembro, 1981
CAMÕES (Luís)
Os Lusíadas
Círculo de Leitores, Janeiro de 2007
SERRÃO (Joaquim Veríssimo)
História de Portugal (1415-1495)
Verbo, Março, 1978
MATTOSO (José)
História de Portugal, vol. II
Editorial Estampa, Lisboa, 1997
ORTEGA Y GASSET (José de)
Estúdios Sobre el Amor
Revista de Occidente en Alianza Editorial, Dudécima edición, Madrid, 2002
NIETZSCHE (Frederico)
Considerações Intempestivas
Lisboa. Presença, 1977
BOLETIM - Adultos, Série V - nº4 - 1980

O Século de Camões
Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Bibliotecas, Lisboa
ROCHA PEREIRA (Maria Helena da)
Hélade, Antologia da Cultura Grega
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 2ª edição, Coimbra, 1963
Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura
Verbo, Lisboa
Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira
Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa, Rio de Janeiro

* Texto da Conferência homenageando Afonso de Albuquerque, patrono da Escola Secundária da Guarda, realizada em 18 de Fevereiro de 2010.

** Professor aposentado do Ensino Secundário. Professor convidado de História da Arte na Academia Sénior da Guarda. Publicista e conferencista. Viajante cultural.